MINISTÉRIOS DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS E DO TRABALHO E DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Despacho conjunto n.º 111/2005. — A EDP — Distribuição, Energia, S. A., pretende criar uma linha de média tensão a 15 kV, de interligação entre os postos de transformação (PT) de Carrasqueira e Foz de Alvares, na freguesia de Alvares, município de Góis, num desenvolvimento de 2511 m, servindo povoações de Góis e Pampilhosa da Serra, num total de 850 habitantes, utilizando para o efeito terrenos que integram a respectiva Reserva Ecológica Nacional (REN), delimitada na Resolução do Conselho de Ministros n.º 79/97, de 14 de Maio.

Considerando que a linha se destina a melhorar as condições de fornecimento de energia a locais isolados;

Considerando que o traçado está condicionado por postos de transformação, estruturas existentes, mas respeita o afastamento conveniente às linhas de água e reduz ao mínimo o número de árvores abatidas no corredor florestal, não existindo alternativa viável ao traçado proposto;

Considerando que a acção se limita a impermeabilização diminuta das soleiras dos postes de apoio da linha, com reduzida afectação aos ecossistemas;

Considerando a deliberação da Assembleia Municipal de Góis, que reconheceu o interesse público municipal da obra em apreço;

Considerando a compatibilidade do projecto com as disposições do Plano Director Municipal de Góis, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2003, de 26 de Março;

Considerando o parecer favorável da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, desde que sejam observados os seguintes condicionalismos:

Licenciamento de utilização do domínio hídrico, de acordo com o Decreto-Lei n.º 46/94, de 22 de Fevereiro;

Movimentação de terras reduzida ao mínimo indispensável à execução da obra;

Consolidação de taludes resultantes de movimentação de terras, de forma a evitar o ravinamento e transporte de sedimentos, recorrendo a materiais e revestimento vegetal característicos da região;

Obtenção de parecer favorável da Comissão Regional da Reserva Agrícola da área para a utilização não agrícola de solos integrados na Reserva Agrícola Nacional;

Determina-se que, no uso das competências dos Ministros do Ambiente e do Ordenamento do Território e de Estado, das Actividades Económicas e do Trabalho, previstas no Decreto-Lei n.º 215-A/2004, de 3 de Setembro, e nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de Outubro, seja reconhecido o interesse público da construção da linha de média tensão a 15 kV, de interligação entre os postos de transformação (PT) de Carrasqueira e Foz de Alvares, na freguesia de Alvares, município de Góis, sujeito ao cumprimento das medidas e dos condicionamentos supramencionados, o que, a não acontecer, determina a obrigatoriedade de a proponente repor os terrenos no estado em que se encontravam, reservando-se ainda o direito de revogação futura do presente acto.

14 de Janeiro de 2005. — O Ministro de Estado, das Actividades Económicas e do Trabalho, *Alvaro Roque de Pinho Bissaya Barreto*. — O Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, *Luís José de Mello e Castro Guedes*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral dos Impostos

Despacho n.º 2781/2005 (2.ª série). — 1 — A Direcção-Geral dos Impostos publicitou, na bolsa de emprego público e no *Diário de Notícias*, de 24 de Dezembro de 2004, o procedimento destinado à selecção do titular do cargo de chefe de divisão de Tributação e Justiça Tributária da Direcção de Finanças de Vila Real, ao qual compete desenvolver as actividades previstas no artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 408/93, de 14 de Dezembro.

2 — Nos termos do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, «os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo».

3 — De acordo com o n.º 2 do mesmo artigo, «a escolha deverá recair no candidato que em sede de apreciação das candidaturas melhor corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço».

4 — Analisadas as cinco candidaturas apresentadas, verifica-se que o candidato Faustino Fernandes Cigre cumpre os requisitos obrigatórios e anunciados e possui experiência e formação relacionadas com as actividades a desenvolver, revelando experiência em cargos de direcção intermédia, especificamente na área do cargo a prover, que melhor se adequa às atribuições acima referidas e aos objectivos fixados.

5 — Ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, ouvido o conselho de administração fiscal, nomeio, em comissão de serviço, o técnico de administração tributária principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos Faustino Fernandes Cigre para o cargo de chefe de divisão de Tributação e Justiça Tributária da Direcção de Finanças de Vila Real.

6 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 14 de Janeiro de 2005, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo.

Curriculum vitae

Dados pessoais:

Nome — Faustino Fernandes Cigre;
Data de nascimento — 15 de Julho de 1951;
Naturalidade — freguesia de Mondrões, concelho de Vila Real;
Estado civil — casado;
Morada — Bairro Novo de Almodena, lote 31, 1.º, E, 5000 Vila Real;
Telefone — 259373292.

Habilitações literárias — curso geral do comércio, equiparado para efeitos profissionais ao curso complementar de Contabilidade e Administração.

Outras habilitações:

Frequência do seminário de alta direcção — INA;
Curso de técnicas de chefia e liderança;
Curso de gestão pela qualidade na administração tributária;
Curso sobre gerir, motivar e garantir o sucesso das equipas;
Frequência do plano especial de formação sobre execuções fiscais.

Experiência profissional — entrou na DGCI em 9 de Setembro de 1969, tendo desempenhado entre outras as seguintes funções:

Desde Fevereiro de 2003, chefia, em regime de substituição, a Divisão de Tributação e Justiça Tributária da Direcção de Finanças de Vila Real;

Entre Fevereiro de 2001 e Janeiro de 2003, coordena a equipa de justiça tributária;

De Setembro de 1997 a Janeiro de 2001, na Direcção de Finanças de Vila Real, exerce as seguintes funções:

Representação da Fazenda Pública;
Acompanha a evolução dos objectivos e das metas estabelecidas nos PA para os SF;
Controla e coordena as execuções fiscais e decide os processos de reclamação graciosa;

Em Janeiro de 1997, é colocado na Direcção de Finanças de Braga, como subdirector tributário, onde desempenhou as funções de coordenador do NAC — Núcleo de Averiguações Criminais e execução e despacho das reclamações gratuitas do IVA;

1992-1996 — chefe de repartição de finanças de 1.ª classe;

1985-1991 — adjunto de chefe de repartição de finanças de 1.ª classe;

1983-1984 — chefe da Repartição de Finanças de Alijó, em regime de substituição.

Outras actividades e funções desempenhadas:

Substituto legal do director de finanças de Vila Real, Dr. Francisco Alfredo Almaça Fialho;

Coordenação da representação da Fazenda Pública;

Monitor na área dos impostos sobre o património e do Código de Procedimento e de Processo Tributário;

Monitor distrital para os liquidadores tributários estagiários nos 2.º, 3.º e 4.º cursos;

Liderança de grupo de recuperação de processos de justiça fiscal, 1.ª Repartição de Finanças de Matosinhos.

14 de Janeiro de 2005. — O Director-Geral, *Paulo Moita de Macedo*.